



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0351/16	DATA: 04/05/2016	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 14h56min	TÉRMINO: 16h03min	PÁGINAS: 24

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Apreciação de itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar destinada a dar conhecimento de matéria de natureza informativa — instrução probatória referente à Representação nº 1, de 2015, do PSOL e REDE, em desfavor do Deputado Eduardo Cunha, e da Consulta nº 15, de 2016, dos Srs. Onyx Lorenzoni, Marcos Rogério e Júlio Delgado, que consulta o Conselho de Ética sobre procedimentos a serem adotados pelo colegiado nos casos de substituição e renúncia de membros titulares.

Designei o Deputado Sandro Alex como Relator.

Informo aos Srs. Deputados que a consulta será retirada da pauta, conforme esclarecimentos que prestarei em seguida.

Registro a presença do Dr. Marcelo Nobre, advogado do Deputado Eduardo Cunha.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas das reuniões deste Conselho de Ética realizadas nos dias 30 de março, 7, 14 e 26 de abril de 2016.

Indago aos Srs. Parlamentares se há a necessidade da leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Peço dispensa da leitura das atas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação as atas.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovadas as atas das reuniões deste Conselho realizadas em 30 de março, 7, 14 e 23 de abril de 2016.

Expediente.

Em 27 de abril este Conselho encaminhou ao Supremo Tribunal Federal ofício do Deputado Marcos Rogério, Relator, requerendo cópia das delações premiada dos Srs. Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior.

O Deputado Marcos Rogério, Relator do Processo nº 1, de 2015, comunicou, na noite de ontem, que não poderia comparecer a esta reunião em função de imprevisto ocorrido no Estado de Rondônia.



Ordem do Dia.

Item 1.

Informo as ações deste Conselho em relação às testemunhas arroladas pelos representantes, bem como pelo Relator, Deputado Marcos Rogério.

Foram convidadas as seguintes testemunhas: Júlio Camargo, Alberto Youssef, Eduardo Musa, João Augusto Henriques, Leonardo Meirelles, Fernando Soares, Ricardo Pernambuco, Ricardo Pernambuco Júnior e o Procurador-Geral do Banco Central.

Declinaram do convite, até este momento, os Srs. Júlio Camargo, Alberto Youssef, João Henriques, Eduardo Musa, Ricardo Pernambuco, Ricardo Pernambuco Júnior e o Procurador-Geral do Banco Central.

O Relator dispensou o auditor da Receita Federal.

A sugestão dos Deputados Júlio Delgado e Chico Alencar de convidar o Sr. Jaime Careca não foi acatada pelo Relator.

Compareceram perante este Conselho os Srs. Leonardo Meirelles e Fernando Soares.

Com relação às testemunhas de defesa, foram convidadas as seguintes testemunhas: Dr. Francisco Rezek, Dr. Antonio Fernando de Souza, Prof. Tadeu De Chiara, Carlos Roberto Melo Prado, Deputado Luiz Sérgio, Dr. Lúcio Velo e Dr. Didier Montmollin.

Dr. Marcelo Nobre, o senhor tem alguma modificação na lista das testemunhas?

O SR. MARCELO NOBRE - V.Exa. quer que eu fale já?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Depois o senhor me informa. Eu lhe agradeço.

O advogado do Deputado Eduardo Cunha dispensou quatro de suas testemunhas, mantendo as seguintes: Dr. Antonio Fernando de Souza, Dr. Lúcio Velo, Dr. Didier Montmollin e Prof. Tadeu De Chiara.

Se eu tenho boa memória, o Dr. Antonio Fernando está tendo dificuldades de compatibilizar o horário e o advogado Marcelo Nobre parece que o substituiu.

É isso, Dr. Marcelo Nobre?

O SR. MARCELO NOBRE - Ainda não o substituí.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas já tem um nome para substituí-lo e vai, depois, informar ao Conselho. Mas já estou comunicando que o Sr. Antonio Fernando de Souza será substituído.

Informo que o Prof. Tadeu De Chiara declinou do convite.

É importante lembrar que foram reiterados convites às testemunhas mantidas pela defesa, com exceção do Prof. Tadeu De Chiara, oferecendo datas a serem escolhidas de acordo com a disponibilidade das referidas testemunhas. — 3, 4 ou 5 de maio ou, ainda, 10, 11 ou 12 de maio. Até o momento não recebemos resposta.

Quanto à prova documental, estão à disposição, no Conselho de Ética, os documentos enviados pelo Banco Central, com restrição de distribuição, e os do Supremo Tribunal Federal — Inquéritos nºs 3.983 e 4.146, estes com segredo de justiça e restrição de distribuição.

Pergunto se o Dr. Marcelo Nobre, advogado de defesa, deseja usar a palavra. Se for só sobre a substituição, nobre advogado, eu prefiro receber oficialmente o nome para depois comunicar. Mas se quiser o senhor pode anunciá-lo.

O SR. MARCELO NOBRE - V.Exa. é quem decide. Farei o que for melhor para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O senhor pode anunciar o nome e me enviar a correspondência fazendo a substituição.

O SR. MARCELO NOBRE - Faço-o hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor.

O SR. MARCELO NOBRE - A testemunha Antonio Fernando de Souza está com dificuldade de agenda. Então a defesa pede a substituição pelo ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil Dr. Reginaldo Oscar de Castro, que, inclusive, já se dispôs a vir na semana que vem, dia 11 de maio, quarta-feira, para o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não. V.Sa. vai formalizar a substituição e nós vamos verificar a data.

O SR. MARCELO NOBRE - Formalizarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. MARCELO NOBRE - Sr. Presidente, se me permite V.Exa., o Prof. Tadeu De Chiara, apesar de ter enviado correspondência a este Conselho



informando que não viria, reformulou o seu pensamento e também virá. Só ainda não me transmitiu a data. Bem como esta defesa está em contato com os advogados da Suíça Dr. Velo e Dr. Didier, que só estão para me passar as datas em que virão a este Conselho para prestar os seus depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Muito obrigado, Dr. Marcelo Nobre.

O SR. MARCELO NOBRE - Eu é que o agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Item 2. Consulta nº 15/2016, dos Srs. Júlio Delgado, Onyx Lorenzoni e Marcos Rogério, que consultam o Conselho de Ética sobre procedimentos a serem adotados pelo Colegiado nos casos de substituição e renúncia de membros titulares. Relator: Deputado Sandro Alex.

Esclareço que estou retirando de pauta a Consulta nº 15/2016 considerando, inclusive, a ausência do Deputado Marcos Rogério, um dos autores da consulta e Relator da Representação nº 01/2015.

O tema da Consulta nº 15/2016, formulada pelos Deputados Onyx Lorenzoni, Júlio Delgado e Marcos Rogério, foi objeto inicialmente de questões de ordem dos mesmos Deputados. Os autores das questões de ordem, por considerarem a complexidade da matéria, retiraram as questões de ordem e formularam, em 31 de março, consulta para que os questionamentos fossem analisados por este Colegiado, nos termos do art. 6º, IV, do Código de Ética.

Sendo assim, os autores apresentaram a consulta a este Conselho, que foi enviada à Presidência desta Casa, onde foi numerada, publicada e devolvida.

A decisão proferida pelo Vice-Presidente da Câmara, no exercício da Presidência, Deputado Waldir Maranhão, na Questão de Ordem nº 172, do Deputado Carlos Marun, no sentido de considerar nula a conversão das questões de ordem dos autores referidos em consulta não se aplica ao caso em exame. A decisão só se aplicaria à matéria se o Presidente do Conselho tivesse, por sua iniciativa, convertido as questões de ordem em consulta. Isso não ocorreu, foram os próprios autores das questões de ordem que, julgando a complexidade da matéria, entendendo ser mais conveniente que o Plenário do Conselho sobre elas



deliberasse, decidiram ser mais adequado formalizar os questionamentos em forma de consulta, retirando as questões de ordem anteriormente formuladas.

Trata-se, portanto, de proposição nova, legítima, apresentada por três membros do Conselho de Ética no exercício das suas prerrogativas constitucionais e regimentais. Não há, assim, como se falar em nulidade da Consulta nº 15, de 2016, considerando-se que não houve a conversão objeto da decisão do 1º Vice-Presidente. Tanto isso é verdade que a consulta foi à Mesa e esta, embora tenha demorado 15 dias para responder, acredito que estudando a questão, devolveu-a numerada e nós a ela demos prosseguimento.

Não a submeteremos hoje a deliberação pelos motivos expostos. Peço desculpas aos Deputados Onyx Lorenzoni, Júlio Delgado e Marcos Rogério — que não se encontra aqui devido, entre outras razões, a um problema na forma de votação biométrica no Estado de S.Exa, aonde foi chamado. O prazo seria hoje. E ele, como Deputado Federal, não quis — e não deveria — ficar sem votar. Então S.Exa. teve que se ausentar. Pediu excusas aos senhores membros deste Conselho pela sua ausência. Mas estará aqui na próxima semana, quando daremos prosseguimento aos questionamentos.

Por outro lado, se os senhores me permitem, eu quero comunicar que também recebi comunicação do Deputado Mauro Lopes de que voltou a esta Casa. S.Exa. licenciou-se para assumir o cargo de Ministro de Estado e ontem me mandou correspondência informando que estava reassumindo o seu lugar no Conselho de Ética.

Não cabe a mim, Deputado Mauro Lopes, questionar a volta de V.Exa., até porque o partido de V.Exa., que poderia, neste caso, tê-lo substituído, não o fez. E não seria o Presidente deste Conselho que iria impedir ou criar qualquer embaraço para um decano como V.Exa., homem que tem serviços prestados a este Conselho e a quem só temos a agradecer a presença, que enriquece este Conselho de Ética. Então, não tenho nenhuma objeção a fazer à volta de V.Exa.

Por outro lado, Srs. Deputados, semana passada — se os senhores me permitem — eu fui surpreendido por uma questão pequena, menor, menor que este Conselho. Fiquei surpreso. Políticos do Município que represento vieram a esta Casa e fizeram uma série de acusações a este Presidente, das quais fizeram



representação, que falava que uma rádio de minha família estava sendo usada para fazer política e atacar pessoas que aqui estiveram.

Eu trouxe hoje — está aqui e, se os senhores me permitirem, eu vou mostrar também — o que foi dito na rádio.

Sou radialista, tenho DRT, sou colega do nobre Deputado Wladimir, que está ali ao telefone. Realmente falo na rádio. Sou o comentarista político da rádio e, vez ou outra, por semana, entro na rádio do interior e dou *flashes* do que acontece aqui na Casa. Também faço comentários do que acontece na terra que escolhi para ser eleitor, a terra que escolhi para ser político. Lá sou o mais votado, o mais votado. Graças a Deus, tenho muito boa aceitação. Nas últimas pesquisas, eu apareço com 85% de aceitação.

As pessoas que aqui estiveram foram meus correligionários no passado. Elegi o Prefeito. Mas o Prefeito enveredou por outro caminho, que não me agradou, então eu tive que sair.

Ele hoje teve os bens bloqueados — os bens bloqueados —, amarga 78% de rejeição na pesquisa. Seus bens foram bloqueados por desvio de recursos da merenda escolar. Esse é o cidadão que esteve aqui para fazer acusações e este Deputado. Desculpem, ele não esteve aqui, faço o reparo. Ele não veio. Fez uma representação dizendo isso.

O outro foi o Presidente da Câmara, um cidadão perigoso — perigoso. Tenho um inquérito aqui em que ele aparece na investigação como um dos mandantes de crime de morte. Tenho aqui depoimento dado ao Ministério Público, em áudio e vídeo, em que as pessoas se queixam de que esse cidadão invadiu terras, com homens armados e encapuzados, para expulsar os posseiros das terras. Forçaram a assinatura de documentos, botaram gente para fora a força, e todas essas atrocidades.

Essas coisas foram denunciadas na rádio, mas não só na rádio em que faço comentários, também nas rádios da região. Todas elas fizeram comentários. Isso veio parar aqui...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Morro do Chapéu.
Morro do Chapéu.



Essas coisas vieram parar aqui e então foram levadas... Ah, uma coisa importante: as duas representações são exatamente iguais, exatamente iguais, vírgula, ponto, parágrafo, ponto de interrogação, tudo igual, igual, só muda a última folha, porque numa assina o atual Presidente da Câmara e na outra assina o Prefeito, que eu já citei aqui.

Isso foi levado ao Comitê de Imprensa. Nós sabemos por quem foi levado. E a representação foi encaminhada à Corregedoria da Casa. Eu estou aguardando o chamamento. Acho que lá deve haver 20, 30, 40 representações nessa situação. A minha está atrás, a não ser que, por alguma razão, por ordem cronológica de idade ou algum motivo, ela vá passar à frente das que lá estão. Nesta Casa, tudo é possível.

Não quero acusar ninguém. Estou somente relatando, por ser Presidente deste Conselho, que fui acusado. Estou dando uma satisfação aos Srs. Deputados, aos meus colegas. Na verdade, nada tem veracidade. As pessoas que aqui vieram não têm credibilidade para fazê-lo. Uma pessoa que está envolvida em crime de mando, uma pessoa que...

V.Exas. se incomodariam de ver 3 minutos de um pequeno áudio de uma testemunha? Há alguma objeção?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Presidente, eu acho que não está na pauta isso. Eu acho que nós temos que...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - ... a pauta aqui do Conselho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu fui acusado. Eu só estou querendo...

O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA - Pela ordem, Presidente. Por mim não há objeção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Se os senhores não querem, eu não o farei. Eu apenas, humilde, humilde como sou...

O SR. DEPUTADO WASHINGTON REIS - Mostre o vídeo, Sr. Presidente. Bote em votação. Nós queremos ver o vídeo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - ... eu me sinto na obrigação de dar a satisfação aos Srs. Deputados. Se os senhores não querem, eu não o farei. Apenas...

O SR. DEPUTADO WASHINGTON REIS - Eu quero ver o vídeo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O Deputado Wellington tem alguma objeção? *(Pausa.)* Sim?

Deputado, eu queria lhe pedir, encarecidamente, 2 minutos só.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Sr. Presidente, está bem, está bem. Só que não está na pauta, e nós perdemos muito tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu sei, eu sei. Eu lhe agradeço, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MORAES - Depois somos acusados de que o Conselho não anda, de que não vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas não temos mais nada para...

O SR. DEPUTADO WASHINGTON REIS - Sr. Presidente, democraticamente, passe o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu vou encerrar.

O SR. DEPUTADO WASHINGTON REIS - Eu sou curioso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - São só, Deputado Moraes, 2 minutos. Eu lhe agradeço. Estou imensamente agradecido.

Por favor, o vídeo. Este depoimento foi dado ao Ministério Público.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É uma área de preservação, um parque que eles invadiram e queimaram. Botam para fora as pessoas, fazem todas as atrocidades.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Esta voz é da Promotora.

(Exibição de vídeo.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Está bom, Deputado Sérgio? Eu agradeço a V.Exa.

Por favor, está bom aí.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Está de bom tamanho. Obrigado.

Só mostre a cara dos outros cidadãos, rapidinho, e está encerrado. Não precisa mais.

Eu quero agradecer aos Srs. Deputados o apoio que me deram, a gentileza de me deixar exibir o vídeo. Isso para mim foi muito importante. Conforta-me muito mostrar aos Srs. Deputados que quem veio aqui fazer denúncias e tal não merece nenhum crédito, não merecia nem entrar nesta Casa. Agradeço penhoradamente aos Srs. Deputados.

O advogado da defesa quer usar da palavra.

Por favor, Dr. Marcelo Nobre.

O SR. MARCELO NOBRE - Muito obrigado, Presidente.

Presidente, eu só queria fazer um questionamento a essa Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. MARCELO NOBRE - V.Exa. já abriu a possibilidade de oitiva das testemunhas de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Sim, senhor.

O SR. MARCELO NOBRE - E no início desta sessão V.Exa. disse que algumas testemunhas da acusação viriam ainda. Nós não podemos ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, não, não, eu não disse isso.

O SR. MARCELO NOBRE - Então, era isso o que eu pretendia, deixar claro que as testemunhas de defesa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Se não marcaram data ainda, eu não poderia dizer isso, nem disse.

O SR. MARCELO NOBRE - Foi uma interpretação equivocada minha, então é importante o esclarecimento, porque a gente não poderia ouvir as testemunhas da defesa antes das testemunhas da acusação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não. Está encerrada. As testemunhas da acusação nós encerramos já, não há mais ninguém.

O SR. MARCELO NOBRE - Então, foram as duas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - As duas só.

O SR. MARCELO NOBRE - As duas, o Meirelles e o Fernando Soares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Isso. As outras, por alguma razão, declinaram, não quiseram.

O SR. MARCELO NOBRE - Não virão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não virão e não vão... Tinham combinado depor em Curitiba, mas os advogados entraram em contato com essas pessoas e essas pessoas não quiseram depor. Então, não tem...

O SR. MARCELO NOBRE - Eu compreendo. Inclusive eu vi no jornal uma declaração do advogado do delator Youssef dizendo que, se há conta no exterior, não é preciso prova testemunhal, essa a razão pela qual meu cliente não vai depor.

Então, essa era a minha preocupação e a minha pergunta, o meu questionamento, porque, se houvesse testemunha de acusação para ser ouvida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Claro.

O SR. MARCELO NOBRE - Está o.k. Eu agradeço o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nós estamos seguindo o processo, todo o regime legal, e nós sabíamos que não poderíamos chamar nenhuma testemunha de defesa antes de encerradas as de acusação. O que nos foi dito por alguns advogados é que seus clientes tinham dito que o que eles teriam que dizer já estava nas delações.

O SR. MARCELO NOBRE - Que terão que ser aprovadas lá no Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Algumas já foram aprovadas e algumas...

O SR. MARCELO NOBRE - Aprovadas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Algumas que foram enviadas, alguns documentos que foram enviados pelo Ministro e pelo Dr. Sérgio Moro têm elementos suficientes, que satisfizeram o Relator. Então, eu não posso interferir. O Relator se satisfaz, está satisfeito, não tem mais a quem ouvir.

O SR. MARCELO NOBRE - Está certo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Cabe a mim neste instante dizer, como disse a S.Sa., que está agora na hora das testemunhas da defesa e fornecer as dadas, várias datas, para que o senhor possa escolher a melhor data, inclusive também para o Deputado Eduardo Cunha.

Pretendemos concluir os trabalhos até o dia 19, e deixamos por último a semana de 19, caso o Deputado Eduardo Cunha queira vir a este Conselho, ou se V.Exa. vai fazer a defesa. Então, fica à vontade do Sr. Deputado Eduardo Cunha e do advogado de defesa.

O SR. MARCELO NOBRE - Eu farei sempre a defesa, Presidente, e agradeço os esclarecimentos, que são muito importantes exatamente para não termos nulidade de forma alguma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Sa. é sempre diligente e V.Exa. tem sempre sido informado de como está funcionando o processo.

O SR. MARCELO NOBRE - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

Tenho aqui inscrito o Deputado Sérgio Moraes. *(Pausa.)* Já saiu.

Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Primeiro, rapidamente, eu quero saber se nós vamos já passar para o item da consulta, ou se é referente ainda... V.Exa. tirou a consulta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não. A consulta, eu expliquei que a consulta, em função de não estar aqui o Relator nem o subscritor da consulta, eu a retirei de ofício da pauta. Mas ela voltará na próxima sessão.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então eu vou abordar um tema a respeito disso — peço a testemunha dos companheiros —, como também o que aconteceu com V.Exa. Por isso eu me inscrevi.

Primeiro, todos aqui — Deputado Manoel Junior, Deputado Wladimir, Deputado João Bacelar, Deputado Wellington Roberto, Deputado Paulo Azi, Deputado Mauro Lopes, Deputado Washington, Deputado Valmir Prascidelli, Deputado Cacá, Deputado Betinho, todos da Comissão, V.Exa., o Vice-Presidente, Deputados Chico e Ivan, que estão aí — sabem que eu cobro essa questão de



suplência, essa consulta que foi feita, desde o ano passado, porque tem gente que chega aqui no meio, atravessa...

O Deputado Bessa, por quem eu tenho respeito — ele sabe disso —, achou que isso fosse referente a ele, como já foi cobrado. O Deputado Wladimir também sabe disso. Todos aqui são testemunhas de que eu venho cobrando isso desde o ano passado, a questão da suplência.

Tenho aqui uma ata da reunião do Conselho do dia 3 de novembro em que eu faço uma questão de ordem a respeito. Tenho outro levantamento que eu pedi de questão de ordem a este Conselho, uma datada do dia 16 de fevereiro, outra datada de 23 de fevereiro, outra datada de 1º de março, outra datada de 9 de março. Aí, em 30 de março — uma é do dia 9, outra é do dia 16, mais de seis —, em 30 de março, o Relator Marcos Rogério, que tratava do assunto porque também tinha dúvidas a respeito, sugeriu que as questões de ordem formuladas por mim e pelo Deputado Onyx fossem transformadas em consulta.

Estou dizendo isto, Deputado Prascidelli, para que não passe para nenhum Deputado, nenhum... Porque eu não entrei em causa específica de ninguém, eu entrei na discussão da matéria, entrei na discussão da causa. O Deputado Sérgio é testemunha disso, porque, quando, no final do ano, ele foi substituído pelo Deputado... O Deputado Arnaldo Faria de Sá saiu e foi substituído primeiro pelo Deputado Nilton Capixaba, que saiu, e depois pela Deputada Jozi. Eu fazia a defesa do que está acontecendo agora. É que a ascendência e a suplência aqui no Conselho de Ética... Um membro que já vinha acompanhando o processo aqui, que já estava adaptado... E aí o PTB fez por bem e colocou o Deputado Sérgio como titular e a Deputada Jozi como suplente.

Quer dizer, não se trata de uma questão contra A, contra B, contra C ou contra D. São do ano passado as questões de ordem a esse respeito, fazendo com que só ascenda à suplência da titularidade o Deputado que for daquele partido do Deputado ausente aqui quando da votação, ou de assumir de forma definitiva.

Isso eu fiz quando o Deputado João Carlos Bacelar era suplente e passou para titular por indicação do Líder do PSD, sendo que ele era do PR. Fiz de todos. Não se trata de uma questão individual contra Deputado A ou B. Essa é só uma



questão, para ficar registrada aqui. Eu tenho a documentação, que, quando da análise da consulta, vou fazer juntar aos órgãos do Conselho de Ética.

Outro fato é o seguinte: não precisa V.Exa. colocar isso que foi colocado aqui agora no áudio da explicação que nos foi dada sobre essas representações, denúncias... Toda representação e denúncia que vem de quem está coagido deveria servir para nós como prêmio. Para nós, prêmio, porque, acusar V.Exa. de algo que, já está provado — aí o áudio, ou o vídeo, pode fazer... —, foi encomendado por um mandante de crime e acusá-lo e lhe imputar crime menor e querer, de certa forma, restringir a atuação deste Conselho de Ética com relação ao Deputado...

Olha como as coisas estão rápidas aqui, Deputado João Bacelar. Ontem, Deputado Betinho, na tribuna da Câmara, eu falei com o Deputado Eduardo Cunha, que já estava seis inquéritos instaurados. Ele já era o Deputado com o maior número de inquérito na Operação Lava-Jato. Só que, hoje, quando nós abrimos a sessão do Conselho de Ética, já eram oito. E aí veio o advogado dizer que não podem surgir fatos novos. Já são oito!

Em todas as ações que o Deputado Eduardo Cunha atuou aqui ele o fez de forma a receber vantagem indevida, não prestou contas, não declarou no Imposto de Renda, mentiu, e mais o que quiserem dizer. São fatos um atrás do outro. Todas as ações dele aqui...

Na delação de Júlio Camargo, há os 5 milhões que foram confirmados aqui pelo Fernando Baiano; depois vem a utilização de contas no exterior; depois vem agora... Eu pedi para fazer um levantamento, mas não conseguem, porque é tanta informação, é tanto processo, que nós temos que nos ater a uma só, porque, se formos tratar das oito representações, Dr. Marcelo, o senhor vai ficar aqui uns 2 anos justificando o Deputado Eduardo Cunha, porque é muito processo.

E se forem analisar as oito investigações abertas no Supremo, imagine: a Transcarioca; FGTS; dinheiro da CVM; dinheiro de FURNAS; dinheiro agora do Centro Carioca II, uma empresa energética vinculada a Belo Monte; requerimento com relação à Central Elétrica; é recebimento de dinheiro; é vantagem com relação a duas medidas provisórias que favoreceram a construtora de imóveis e que foram negociadas; é muita coisa.



É um acúmulo de fatos que vêm com 6, 7, 8... Eu acho que ele termina ainda este semestre como o campeão dos políticos envolvidos em investigações da Lava-Jato, o grande campeão, porque ele ainda está, agora, correndo *pari passu* com o outro membro, mas que não é da Câmara.

Mas, na verdade, já tem um processo lá na Suíça aberto. Ele está querendo trazer, para serem ouvidos como testemunhas, dois suíços. Eu queria ver se ele aceitava uma passagem para ir para a Suíça, porque aqui na Câmara dos Deputados o Deputado Eduardo Cunha pode ficar e ir para a sua casa e tudo — não sei se ele pode transitar na rua, porque a situação dele não é boa na rua, não —, mas se ele for para a Suíça ele vai ser preso, porque lá ele não é Parlamentar. Lá já tem uma investigação aberta no Ministério Público da Suíça. São oito aqui, mais uma lá.

E as pessoas continuam achando que não está acontecendo nada, e, de certa forma, ele vem reagir, dizendo que fica quando quiser e, mais do que isso, inventando determinada... negócio de toca-fitas de malando, bandido de quarta categoria. Essa é a forma de se defender? Acusando os outros de uma maneira baixa para quem responde a nove — um, já denunciado e aceito; o outro já é réu e há sobre ele mais sete investigações dentro, hoje, do Supremo Tribunal Federal?

Vamos colocar o pingão nos is, as coisas no devido lugar, não é, Sr. Presidente do Conselho de Ética?

Nós devemos fazer a apuração do que deve ser feito, por menor que seja a acusação que lhe é imputada, como a questão de ações de representação que são dirigidas a V.Exa.

É de baixíssimo nível querer reagir diante de tanta verdade, de tanta veracidade que existe hoje nos autos e nas provas contidas contra o Deputado Eduardo Cunha, e as pessoas parecem que não querem ver que ele está comprometido. Hoje, nós temos que continuar apurando algo que possa depor contra a imagem dos membros aqui do Conselho de Ética.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exa. Conte com a nossa solidariedade e com o nosso apoio, porque o que vem dessa forma não atinge os membros que querem trabalhar com pureza e com lisura aqui no Conselho de Ética.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Obrigado, Deputado Júlio Delgado.

Quero dizer a V.Exa. que eu tenho 40 anos na política, talvez mais um pouco, tenho 70 anos de idade e nunca fui acusado de nada. Foi a primeira vez. Não é possível que, em 40 anos, algum adversário meu não tivesse levantado isso.

Alguns Deputados que estão aqui são baianos e me conhecem, sabem do meu passado e presente. Estão aqui os Deputados João Carlos Bacelar, Paulo Azi, Cacá Leão, que me conhecem há muito tempo. Eu posso ser adversário, mas não sou...

Essas coisas não me atingem, mas eu fui forçado a isso.

Com a palavra o Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, há mais algum item para ser discutido ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, Deputado, não há mais nenhum item.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Então, eu abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O Deputado Laerte Bessa abre mão de sua inscrição.

Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu queria fazer um questionamento — mas vou fazê-lo ao final — da fala que vou registrar.

Acho que a população brasileira tem acompanhado esse assunto com muito interesse, preocupação e constrangimento. A população viu, nesse período curto de tempo, esta Casa autorizar a abertura de um processo de *impeachment* contra a Presidente da República, e o fez com base em alegações técnicas e políticas, já que temos a clareza de que a Presidente cometeu crime de responsabilidade.

Ontem, nós vimos o Senado Federal aprovar o relatório pedindo a cassação do Senador Delcídio do Amaral.

E nós ainda estamos aqui nesta peleja, ouvindo testemunhas, ouvindo pessoas, para tentarmos produzir um relatório e, quiçá, votar ainda neste primeiro semestre.



Acho isso de uma gravidade e de um descaso com a opinião pública sem precedentes.

Primeiro, eu queria dizer que a nossa posição é muito clara no sentido de exigir sempre a celeridade desse processo. Nós estamos em uma fase de ultimato, que é a fase de ouvir testemunhas, de coletar provas materiais, para somar e encorpar o relatório do Deputado Marcos Rogério.

Evidentemente, a nossa expectativa, Sr. Presidente, é que a programação que foi estabelecida por V.Exa. seja efetivamente cumprida. Nós estamos aqui dependendo sempre da concordância das testemunhas, que não são obrigadas a vir, mas acho que seria fundamental, neste instante, mesmo com a ausência do Relator, que nós tivéssemos a garantia de que todos esses prazos já estabelecidos fossem cumpridos. Quem sabe V.Exa. já não pudesse, senão hoje, mas durante a semana, até programar a data de votação desse relatório neste plenário do Conselho de Ética.

É inadmissível — e espero que isso não aconteça — fazermos a travessia de um semestre para o outro sem sequer concluirmos o processo de votação de um relatório que ainda deverá ir ao plenário.

Está muito claro que a estratégia do Deputado Eduardo Cunha é esticar ao máximo esse processo, buscando fazer a travessia deste ano inteiro, para, quem sabe, concluir a sua Presidência na Câmara dos Deputados sem ser incomodado, sem ser julgado pelos seus pares.

Então, faço aqui este registro, e o meu questionamento a V.Exa. é para termos a confirmação dessas datas todas que já estão previstas para ausculta das demais testemunhas. Se possível, queria que V.Exa. nos adiantasse se teríamos como estabelecer uma data para a votação desse relatório.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Betinho Gomes, nosso cronograma está pronto.

Nós devemos ouvir as testemunhas da defesa e o Deputado Eduardo Cunha até o dia 19, quando deveremos encerrar o processo de oitiva.

Pelo Regimento, o Relator tem até 10 dias para concluir o seu relatório. Ou seja, ao dia 19 somamos 10 dias úteis.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Até 10 dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Até 10 dias úteis.

Encerrado esse prazo, se não houver nenhum acidente de percurso, não houver nada que atrapalhe, nós devemos enviar o parecer à Mesa, que ficará encarregada de colocá-lo em votação no plenário.

Logicamente, há, ainda, nesse intervalo, os prazos de recurso. Pode haver recurso para a CCJ, que é a instância recursal deste Conselho. Há espaço para isso.

Após isso, o relatório estando o.k., com todas as etapas cumpridas, nós vamos enviá-lo à Mesa, e caberá ao Presidente da Casa pautar a matéria para votação em plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, antes de fazer a minha intervenção, eu queria perguntar se V.Exa. comunicou ao Presidente da Casa ou formalizou o convite para que ele viesse depor aqui. Houve uma formalização disso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Ivan Valente, todas as testemunhas, quer de defesa, quer de acusação, foram formalmente comunicadas, como manda o Regimento. O Presidente ainda não, porque, antes dele, há as testemunhas da defesa. Mas já informei à Secretaria que, dado a ser a agenda do Presidente muito atribulada, nós deveremos amanhã comunicar que, nos dias 17, 18 ou 19, ele poderá ser ouvido, se não houver nenhuma testemunha da defesa a ser ouvida nesses dias; se elas forem ouvidas antes desses dias. Eu estou pretendendo facultar ao Presidente a escolha do dia, tendo em vista sua agenda e em deferência ao fato de ser ele o Presidente da Casa. Então, ele poderá escolher, na semana do dia 19, o dia que ele achar que deve vir, pela manhã ou pela tarde.

Como é ele quem faz a convocação das sessões plenárias, se quiser, poderá deixar o dia aberto, para que ele possa fazer a sua própria defesa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Antes do dia 19, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É, antes do dia 19.

Foi bom V.Exa. lembrar, porque eu vou já pedir a quem de direito que nos conceda um auditório maior, um ou dois, para que nesse dia o Conselho de Ética funcione nesse plenário maior.



Desde já, fica o meu pedido registrado, e a Secretaria da Mesa do Conselho de Ética já está sendo lembrada de que isso se faz necessário.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, obrigado pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu quero então, Sr. Presidente, colocar o seguinte. Como partido proponente desta representação, eu acho que a sociedade brasileira está extremamente frustrada com o que está acontecendo, porque nós já vamos para 6 meses, daqui a pouco, e não conseguimos votar um relatório no Conselho de Ética.

Veja que, ontem — o Deputado Betinho Gomes já tocou nisso —, o Conselho de Ética do Senado já votou o relatório do Senador Telmário Mota pela cassação do mandato do Senador Delcídio do Amaral. Ele foi rápido ao gatilho: 12 a zero e 1 abstenção. E já está se dizendo que o Senador Delcídio do Amaral pode ser cassado antes da votação do relatório final do *impeachment* no plenário. Ou seja, a votação do relatório do Conselho de Ética pode ser feita no plenário do Senado a qualquer momento. E nós estamos aqui há 6 meses.

Mas eu quero lembrar um fato. Por isso eu fiz a pergunta inicial a V.Exa. Quando nós iniciamos a CPI da PETROBRAS, o primeiro depoente foi o Sr. Eduardo Cunha. Eu tinha um requerimento de convocação do Eduardo Cunha, mas ele nunca foi aprovado — aliás, o de nenhum político. Mas o Deputado foi à CPI de moto próprio. Combinado com o Presidente da Comissão na época, o Deputado Hugo Motta, ele foi de moto próprio. Ele disse: *“Eu vim aqui para prestar todos os esclarecimentos”*. E foi lá que ele, inclusive, disse que não tinha contas no exterior, respondendo a pergunta dos Deputados, o que hoje é o mote que dá o principal motivo da cassação dele aqui.

Eu fiz essa pergunta porque entendi que, na sua fala, o advogado deu a entender que ele fará a defesa, mas eu preferiria que o Deputado Eduardo Cunha viesse fazer a sua defesa. Todas as pessoas que passaram por este Conselho — que eu tenho visto serem submetidas ao Conselho de Ética —, de alguma forma, vieram se defender.



O caso dele é mais flagrante, porque há dez processos, há testemunhas. Eu quero, novamente, colocar que as testemunhas que foram arroladas pela acusação são testemunhas que formam um conjunto de delações comprobatórias. Não são testemunhas aleatórias.

Então, eu achei bastante complicado que o Sr. João Henriques, o Sr. Alberto Youssef e o Sr. Júlio Camargo mandassem a informação a este Conselho de Ética de que eles não vão depor, porque o depoimento do Sr. Fernando Baiano aqui foi conclusivo, ou seja, era só fechar o circuito do que já está nas delações premiadas, já está nas denúncias que a PGR já fez ao Supremo Tribunal Federal e dos motivos que tornaram o Eduardo Cunha réu do Supremo Tribunal Federal. Isso só daria ao fato visibilidade política — necessária, inclusive.

Agora estou sabendo até que muitas das testemunhas de defesa estão abrindo mão de falar — gente do exterior. E eu vi aqui, Sr. Presidente, que o Antonio Fernando de Souza, que foi Procurador-Geral da República, como testemunha de defesa, abriu mão de falar. Parece-me que vem alguém da OAB.

Eu achei até estranho, porque o Antonio Fernando de Souza também é advogado de Eduardo Cunha. Ele é mais um advogado e seria testemunha de defesa. Falta gente para defender o Eduardo Cunha. Se o Antonio Fernando de Souza é o advogado dele, é preciso trazer o advogado para fazer a defesa dele como testemunha de defesa? É um pouco demais.

Para concluir, eu queria dizer o seguinte, Sr. Presidente. Nós votamos aqui o *impeachment* da Presidente da República, o impedimento da Presidente da República.

O espetáculo mais degradante a que o Brasil assistiu foi esse, comandado por Eduardo Cunha. Vejam: não pesava nenhuma acusação — e eu sou de oposição ao Governo —, não existia nenhuma acusação contra a Presidente, não havia indiciamento, ela não é ré. Agora, foi votado, e o Eduardo Cunha comandou o espetáculo. É o que foi passado para a sociedade: um escândalo, um escárnio internacional. A imprensa internacional caiu de pau. Isso aqui é uma desmoralização permanente!

Então, o que fica realmente é o seguinte. Nós entendemos que ele será afastado, de uma forma ou de outra. Ou por este Conselho, ou pelo Supremo



Tribunal Federal, porque ele vai virar Vice-Presidente da República em algum momento. Se o Temer assumir a Presidência, ele, na linha sucessória, é o seguinte. Mas será uma desmoralização para esta Casa.

Eu vejo, pelo calendário, Presidente, que o dia 19 é o nosso prazo final para ouvir as testemunhas. O Relator terá mais 10 dias úteis. Haverá pedido de vistas, certamente, dos que defendem aqui o Eduardo Cunha. Havendo pedido de vistas, nós já podemos imaginar que adentraremos meados de junho. Depois, se houver recursos à CCJ, nós vamos ter mais algumas semanas. Nós vamos adentrar julho. Aí entraremos no recesso, e do recesso nós voltaremos já com a programação eleitoral para o ano de 2018.

É um escárnio! É um escândalo que nós não consigamos dar andamento a este processo.

Por isso, eu acho que nós temos que colocar limites para esta Comissão. Acho que chegamos a todos os limites.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor, Deputado, conclua.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu só queria que o Eduardo Cunha viesse à Comissão; que V.Exa. insistisse e que fosse feito um pedido dos Deputados para que ele viesse depor. Pelo menos isso, para ver se ele tem coragem de repetir aqui as mentiras que ele diz todos os dias para as câmeras de TV e que disse na CPI da PETROBRAS.

Isto é o que eu quero pedir a V.Exa.: insista no pedido para que ele venha depor nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Ivan Valente, o art. 15 do Código de Ética e Decoro Parlamentar diz o seguinte:

“Art. 15. É facultado ao Deputado, em qualquer caso, em todas as fases do processo de que tratam os arts. 13 e 14, inclusive no Plenário da Câmara dos Deputados, constituir advogado para sua defesa ou fazê-la pessoalmente ou por intermédio do Parlamentar que indicar, desde que não integrante do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.”



Portanto, é facultado ao Deputado Eduardo Cunha vir aqui, indicar um Deputado ou constituir advogado. Não há de se questionar que o Deputado Eduardo Cunha venha ou deixe de vir a este Conselho. Isso é facultado a ele, dá-se o direito a ele de escolher se vem, se vai mandar o advogado ou se vai constituir um Deputado para vir defendê-lo. É inquestionável o seu direito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É uma correção, Sr. Presidente: constituir um advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, eu disse...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. disse "Deputado".

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Também.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele já tem vários Deputados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, não, não. V.Exa. está enganado. Eu disse "Deputado", e é Deputado, desde que não integre o Conselho de Ética. Ele pode constituir um advogado ou um Deputado, desde que esse Deputado não integre o Conselho de Ética — ou ele próprio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu proponho o Deputado Waldir Maranhão, então, para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Como? Eu não entendi, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu proponho o Deputado Waldir Maranhão para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não podemos fazer a indicação. Isso é feito conforme a vontade e o interesse do Deputado...

O SR. DEPUTADO WASHINGTON REIS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO WASHINGTON REIS - Que reunião produtiva! Manda fulano e tal... Eu tenho tanta coisa para fazer na Comissão de Viação e Transportes! Vamos objetivar esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, pode ter certeza: não há mais nada a deliberar. V.Exa. está liberado, tranquilamente, sem nenhum problema



O SR. DEPUTADO WASHINGTON REIS - Vou ficar aqui mais 3 horas (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, só estou respondendo aqui ao...

O Dr. Marcelo Nobre sempre me foi muito caro. Eu lhe dei a palavra sempre que pediu. Não seria agora que eu não a iria dar.

Com a palavra o nobre advogado Marcelo Nobre.

O SR. MARCELO NOBRE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

É só uma pergunta. Tendo em vista que a testemunha de defesa se dispõe a vir semana que vem, o Dr. Reginaldo Oscar de Castro, para o seu depoimento na quarta-feira, dia 11, eu perguntaria o horário, para que eu possa transmitir isso a ele, a fim de que ele possa agendar o horário e não ficar muito em cima da hora e haver eventual impossibilidade. Eu já pediria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nobre advogado, logo após a reunião do Conselho, vamos nos sentar e ver o melhor horário, o horário que V.Sa. quiser, tanto para ele como para as outras testemunhas.

O SR. MARCELO NOBRE - Está ótimo. É o horário que V.Exa. estabelecer. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Agora, as Comissões já estão funcionando. Então, quarta-feira é um dia em que as Comissões, de manhã, estão todas funcionando. Deverá ser à tarde.

O SR. MARCELO NOBRE - Ótimo. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas vamos ter que ajustar isso, porque também temos sessões plenárias. A princípio, eu lhe adianto, pode ser à tarde, começando às 2 horas da tarde.

O SR. MARCELO NOBRE - Está ótimo. Eu agradeço. Transmitirei à testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Vamos conversar. Depois que eu sair daqui, vou ver a agenda e marcar isso. Já começou a Ordem do Dia. Como testemunha de defesa, tenho certeza de que os Deputados...

O SR. MARCELO NOBRE - Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - ...pode fechar com o Presidente se, na quarta-feira, pode ser nesse horário.

O SR. MARCELO NOBRE - Eu agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O Deputado Sandro Alex quer usar a palavra. É o último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, eu procuro sempre cumprir com a minha obrigação e estar presente a este Conselho, como hoje o faço, para análise da Consulta nº 15. Fui designado por V.Exa.

Aliás, quero aqui me solidarizar com V.Exa. É de conhecimento de todos nós e do povo brasileiro a sua retidão.

Sr. Presidente, nós temos que dar celeridade a esses trabalhos. Eu peço a V.Exa. que marque as nossas audiências não apenas uma vez por semana, mas também, se for possível, às terças, quartas e quintas e, se for necessário, às segundas e às sextas. Nós temos que dar celeridade a esse processo. Nós tivemos nas últimas semanas o caso do *impeachment*, que não tem ligação com o que estamos discutindo aqui, mas nos tomou o tempo, e a Ordem do Dia no Plenário. Portanto, nós temos que acelerar, para que possamos levar esse processo a julgamento e a votação.

É o pedido que faço, porque a sociedade já não pede, mas clama por urgência na apreciação deste caso. E é o que nós temos que fazer. Nós temos que dar celeridade a esse processo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Sandro Alex, quero agradecer a V.Exa.

Vejam, senhores, eu sempre fico na berlinda. Todo mundo cobra de mim celeridade. Isso não depende de mim. Eu tenho feito tudo o que é possível. Eu não posso marcar reunião se não houver assunto. Quando vêm assuntos, eu marco a reunião.

Na quarta-feira, já temos aqui a certeza de uma testemunha. Não há outra, a não ser que o nobre advogado Marcelo Nobre indique outra testemunha para terça. Agora eu estou à mercê da indicação do advogado das suas testemunhas nos dias que foram facultados a ele.



Senhores da imprensa, eu quero agradecer-lhes a presença, a boa vontade de estarem aqui. Peço desculpas aos senhores pelo assunto que eu trouxe hoje à baila neste Conselho, mas essa foi a forma que eu tive de agir. Confortou-me muito dividir com os meus pares a injustiça que estavam fazendo comigo.

Portanto, senhores, muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião às 16 horas e 3 minutos.